

AGENDA SETORIAL DO AMBIENTE

ECONOMIA SOCIAL E AMBIENTE
NA EURORREGIÃO DA GALIZA E
E NORTE DE PORTUGAL

guia resumo



Interreg
Espanña - Portugal

Fondo Europeo de Desarrollo Regional



UNIÃO EUROPEIA



LACES
Laboratorios de apoyo a la creación
de empleo y empresas de
economía social

O impulso da economia social

O projeto **LACES** - “Laboratórios de apoio à criação de emprego e empresas de economia social” enquadra-se no **programa Interreg V-A Espanha-Portugal (Poctep) 2014-2020**.

O projeto visa contribuir para o desenvolvimento da economia social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal tendo como objetivo proporcionar um salto quantitativo na competitividade e impulsionar projetos empresariais de economia social no espaço transfronteiriço.

SERVIÇOS

Prevê a realização de um conjunto de serviços agrupados em 4 laboratórios piloto orientados para a implementação de novas estratégias de promoção e apoio à economia social em setores emergentes e para a modernização dos mais tradicionais, favorecendo a criação e a consolidação de empresas e a geração de emprego de qualidade na euro-região:

Laboratórios para a identificação de oportunidades de negócio



Laboratórios para a criação e a consolidação de empresas de economia social



Laboratórios de criatividade e comunicação da economia social



Laboratórios para o reforço e a melhoria da capacitação do talento humano





Laboratórios para a identificação de oportunidades de negócio

- + Unidade de identificação de oportunidades de negócio em economia social vinculadas aos setores emergentes ou à exploração de recursos endógenos no espaço transfronteiriço, incluindo o setor primário.
- + Redação de agendas setoriais para fomentar a criação e a consolidação de empresas de economia social em setores emergentes.
- + Unidade de recursos interativos para o desenho e maturação de oportunidades de negócio.



Laboratórios de criatividade e comunicação da economia social

- + Mostra de ideias empresariais da economia social.
- + Fóruns de economia social.
- + Rede digital de economia social (economia social net).



Laboratórios para a criação e a consolidação de empresas de economia social

- + Aceleradora de projetos de economia social.
- + Criação de espaços de empreendedorismo POP UP.
- + Programa de apoio a empresas "Transforma-te e cresce".
- + Vale de serviços a empresas da economia social.



Laboratórios para o reforço e a melhoria da capacitação do talento humano

- + Programa de mobilidade "residências transfronteiriças " para quadros de empresas da economia social
- + Bolsas de gestão transfronteiriças.
- + Academia de talento da economia social.

A black and white photograph of a park. In the foreground, a river flows through a grassy area, reflecting the sky and the surrounding trees. Several large, leafless trees stand prominently, their branches reaching out over the water. In the middle ground, a wooden bridge with a railing crosses the river. A person is walking on a path to the left of the bridge. In the background, there are more trees and a fence. The overall atmosphere is quiet and serene.

A ECONOMIA SOCIAL NA EURORREGIÃO

A Economia Social é hoje um setor fundamental da sociedade em que vivemos pela sua capacidade de **gerar coesão social, inclusão e emprego qualificado**, através de uma **economia com princípios**, que coloca **as pessoas à frente dos objetivos económicos** e se preocupa com o ambiente e com a sustentabilidade do planeta.

A Economia Social abrange ou é próxima de uma **multiplicidade constelacional de ideias e conceitos** (Namorado, 2004) que gravitam em torno do mesmo campo comum da organização coletiva e das preocupações sociais, como terceiro setor, setor não lucrativo, voluntário, filantrópico, setor das organizações não-governamentais, ou mais recentemente em voga, inovação e empreendedorismo social e economia de impacto. Em alguns países, entre eles Espanha e Portugal, a Economia Social está enquadrada por **jurisdição legal**.

Em **Portugal** a Economia Social é regulada pela **Lei de Bases de 2013** e é contabilizada numa conta satélite do INE. Está definida como o conjunto das atividades económico-sociais que têm por finalidade **prosseguir o interesse geral da sociedade**, quer diretamente, quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes. As entidades da Economia Social atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os **princípios orientadores** definidos na Lei de Bases. **Integram** a Economia Social em Portugal as **seguintes entidades**:

a) as cooperativas; **b)** as associações mutualistas; **c)** as misericórdias; **d)** as fundações; **e)** as instituições particulares de solidariedade social; **f)** as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; **g)** as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social.

Na **Galiza** a Economia Social está regulada pela **Lei 6/2016** e é definida como o conjunto de atividades económicas e empresariais que, no âmbito privado, realizam entidades que perseguem: ou o **interesse coletivo das pessoas que a integram**, ou o **interesse geral económico ou social**, ou ambos, fazendo parte dela as seguintes **formas jurídicas**:

a) as sociedades cooperativas galegas; **b)** as mutualidades; **c)** as fundações e associações que levem a cabo atividade económica; **d)** as sociedades laborais; **e)** as empresas de inserção; **f)** os centros especiais de emprego; **g)** as confrarias de pescadores; **h)** as sociedades agrárias de transformação; **i)** as comunidades e mancomunidades de montes comunitários; **j)** as comunidades singulares criadas por normas específicas regidas pelos valores e princípios orientadores estabelecidos na lei da Economia Social da Galiza, desde que desenvolvam uma atividade económica e empresarial.

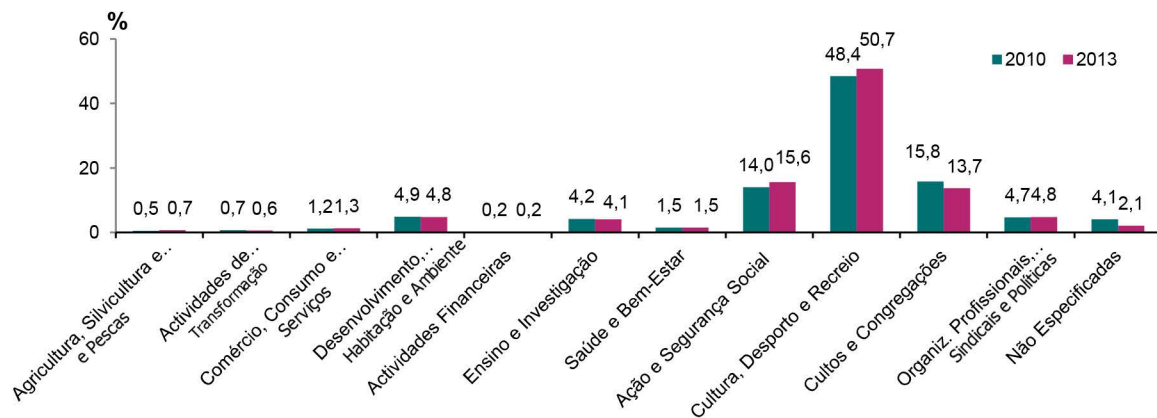
Em **Portugal**, de acordo com dados do INE para 2013, a Economia Social era constituída por **61.268 entidades**, **32%** delas na região norte, e representava **2,8% do VAB** nacional e **5,2%** do emprego total. A maioria das entidades são **associações** (93,4%) e têm a cultura, desporto e recreio (50,7%) como área de atuação.

Na **Galiza** em 2017 havia **10.371** entidades na Economia Social. Em Espanha as entidades que **não desenvolvem atividade económica**, e que em Portugal representam cerca de **60%** do total de entidades da Economia Social, não estão integradas nesse setor (constituem o **tercer sector de acción social**). Essa diferenciação jurídica **dificulta a comparação dos dados** entre os dois países. Na Economia Social da Galiza há uma predominância do **trabalho coletivo e cooperativo** distribuído por diferentes áreas. Em Portugal, por motivos históricos, há um **forte peso da área de apoio social** (**54,6%** do emprego remunerado e **44,7%** do VAB do setor).

Quadro n.º 2 – Principais Indicadores por grupos de entidades (2013)

Grupos de entidades	Unidades	Emprego Remunerado	VAB	Remunerações	VAB / ETC	Remunerações Médias
	N.º	ETC	10 ³ Euros	10 ³ Euros	10 ³ Euros por ETC remunerado	
Cooperativas	2 117	24.316	489.523	564.425	20,1	23,2
Associações Mutualistas	111	4.896	352.181	216.450	71,9	44,2
Misericórdias	389	35.469	541.225	477.477	15,3	13,5
Fundações	578	10.871	250.851	236.313	23,1	21,7
Associações com Fins Altruísticos (ACFA)	57.196	140.050	2.566.262	2.472.256	18,3	17,7
Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)	877	361	6.437	6.198	17,8	17,2
Economia Social	61.268	215.963	4.206.479	3.973.119	19,5	18,4
Economia Nacional	-	3.582.077	149.768.414	76.279.908	41,8	21,3
Economia Social / Economia Nacional	-	6,0%	2,8%	5,2%	46,6%	86,4%

Gráfico n.º 2 – Distribuição das unidades por atividade



FONTE: Infografias Destaque da Conta Satélite da Economia Social - INE 2017

Gráfico n.º 6 – VAB da Economia Social, por atividade

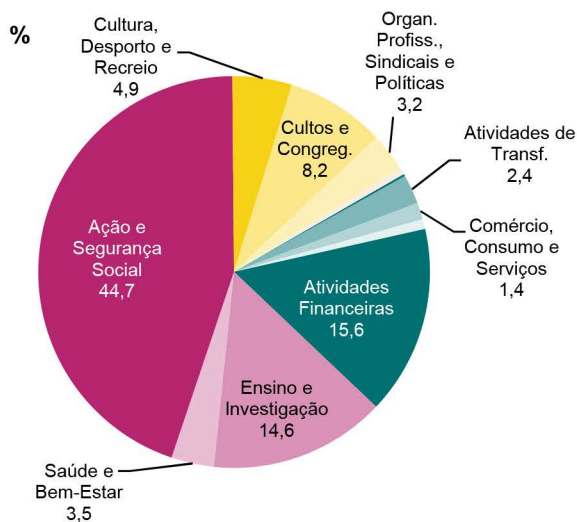


Gráfico n.º 7 – VAB da Economia Social, por grupos de entidades

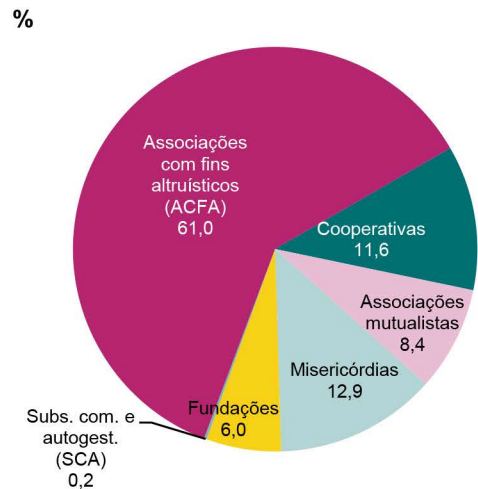


Gráfico n.º 15 – Peso do VAB da ES e de alguns ramos de atividade, na Economia Nacional

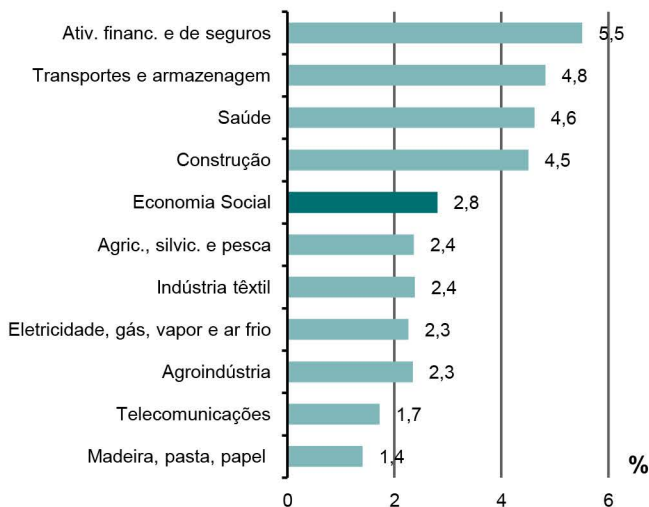
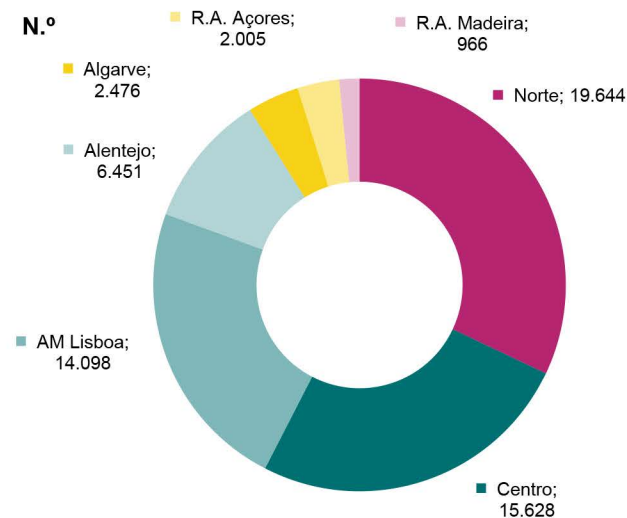


Gráfico n.º 4 – Distribuição das unidades por NUTS II





O SETOR DO AMBIENTE

Desde as primeiras grandes conferências e acordos internacionais, que remontam à Conferência de Estocolmo em 1972 e culminaram em 2015 com a aprovação pelas Nações Unidas da **Agenda 2030**, que estabelece os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, podemos traçar um percurso civilizacional marcado pela aceleração das **consequências do impacto humano** no planeta, que levaram o ambiente a assumir hoje uma prioridade e uma transversalidade que mobiliza políticas públicas, investigação, empresas e cidadãos em todo o mundo. São estabelecidas metas e limites ao desenvolvimento para torná-lo mais sustentável mas criam-se igualmente **outras oportunidades** para ideias de negócios, seja na prevenção e **resolução dos problemas** gerados, seja na criação de **novos produtos e serviços** proporcionados pelas necessidades emergentes e pela **evolução da conscientização ambiental**.

Em **Portugal**, desde a primeira **Lei de Bases do Ambiente** de 1987, é feita a publicação anual de um **Relatório sobre o Estado do Ambiente** (REA). Em 2016 a Agência Portuguesa do Ambiente adaptou-se à evolução digital e criou o Portal do Estado do Ambiente. A plataforma apresenta dados distribuídos por **oito áreas**: economia e ambiente, energia e clima, transportes, ar e ruído, água, solo e biodiversidade, resíduos e riscos ambientais.

Na **Galiza** informações e oportunidades na área do ambiente podem ser consultadas, por exemplo, no **Sistema de Información Ambiental** da Xunta de Galicia e na plataforma **Galicia Ambiental** da Asociación de Profesionales Ambientales.

Para além das oportunidades de negócio diretamente associadas ao setor, a promoção de **modelos económicos mais amigos do ambiente** é uma condição imperativa ao desenvolvimento sustentável num mundo de ecossistemas vulneráveis e interligados com recursos naturais que são ou não renováveis ou limitados. É necessário conseguir uma **maior dissociação** entre o desenvolvimento económico e os impactos ambientais gerados, entre aquilo que produzimos e a utilização dos recursos aplicados. Para além da redução é incontornável igualmente promover a transição de um conceito de fim-de-vida da economia linear pelos novos fluxos de reutilização, reparação e reciclagem que caracterizam a **economia circular** (REA, 2017).

O **CIM – Consumo Interno de Materiais** (em inglês DMC - Domestic Material Consumption) constitui um **indicador** da intensidade de **utilização de recursos naturais** por parte da economia e permite avaliar a **eficiência da sua utilização**. O CIM é calculado através da soma da extração de materiais com a totalidade das importações de materiais (primários e transformados), subtraindo as exportações totais de materiais (primários e transformados).

Em 2016, segundo dados combinados do Eurostat/INE/REA 2017, o **CIM em Portugal** cifrou-se nos **161,1 milhões** de toneladas (**15,58** toneladas per capita), dos quais 59,3% correspondiam a minerais não metálicos, decorrente principalmente do setor da construção, 20,7% a biomassa, 10,9% a materiais energéticos fósseis e 8,3% a minerais metálicos.

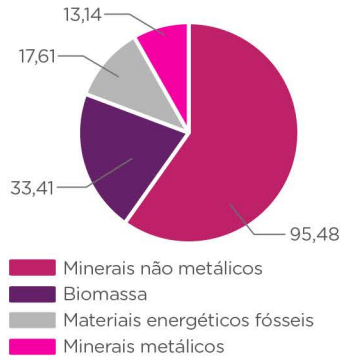
Comparando os níveis de **produtividade dos recursos** (o quociente entre o PIB e o CIM), Portugal, apesar de uma tendência ascendente, apresentou em 2016 um valor de **1,14 euros** de PIB por kg de CIM a preços de 2010, significativamente inferior à média da EU-28, estimada em **2,04 euros** PIB/kg.

O **CIM de 2016 em Espanha**, segundo dados do Eurostat, foi estimado em **8,67** toneladas per capita (comparativamente aos **13,02** na EU-28), com uma produtividade de recursos estimada em **2,75 euros** de PIB/kg, bastante superior à média europeia.

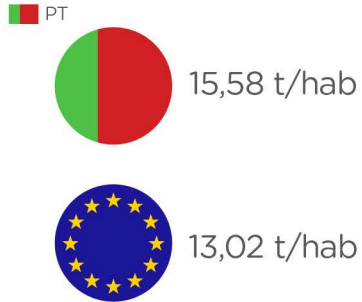
Em 2015, de acordo com **dados do INE**, as entidades produtoras de **bens e serviços de ambiente** faturaram 10,1 mil milhões de euros em Portugal, que tiveram como principal cliente (93,5%) o mercado interno. O **volume de negócios ambiental** aumentou 5,7% em 2015 face a 2014. Em termos de atividade económica destacaram-se a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis com 22% do total de negócios, a distribuição de água (15,1%), captação e tratamento de água (10,7%), comércio de sucatas e desperdícios metálicos (7,4%), tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos (6,9%), fabricação de biodiesel (6,6%), valorização de resíduos metálicos (6,3%), recolha de outros resíduos não perigosos (5,3%) e produção de eletricidade de origem hídrica com 3% [fonte INE].

CONSUMO INTERNO DE MATERIAIS

Consumo Interno de Materiais, 2016e
(milhões de toneladas)

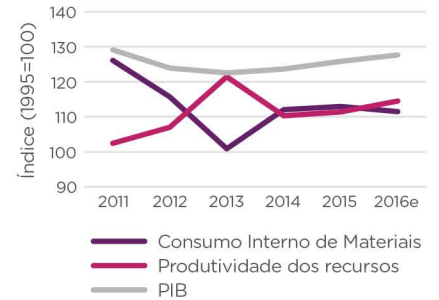


CIM por habitante, 2016e



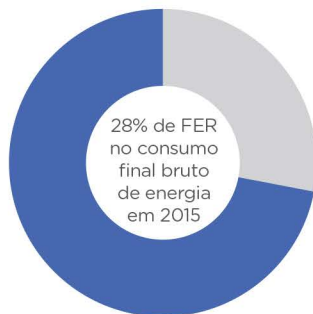
e - dados estimados

Evolução do PIB (em volume)
do CIM e da produtividade dos
recursos (PIB/CIM) (1995=100)



ENERGIAS RENOVÁVEIS

Consumo final de energia



Eletricidade

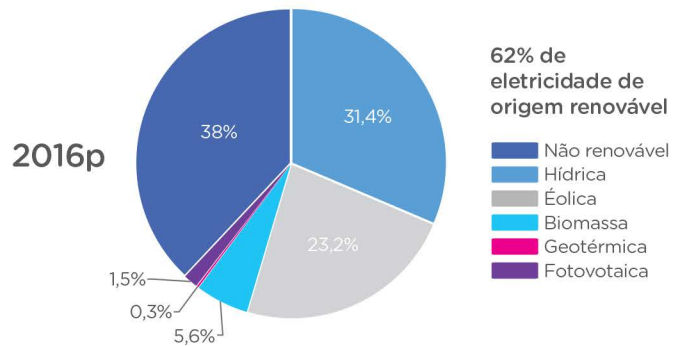


FIGURA 1.1 – Consumo interno de materiais – total e principais componentes

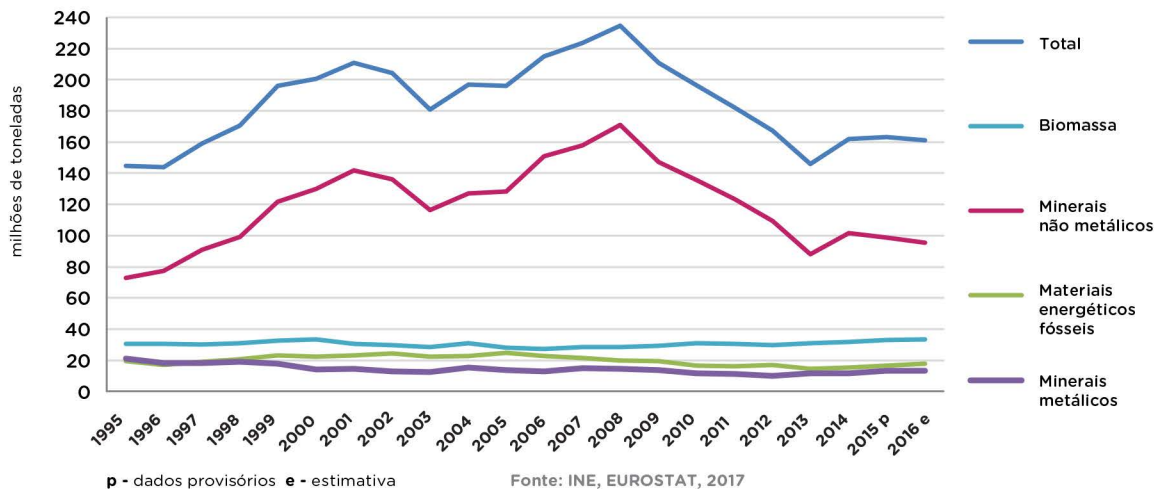
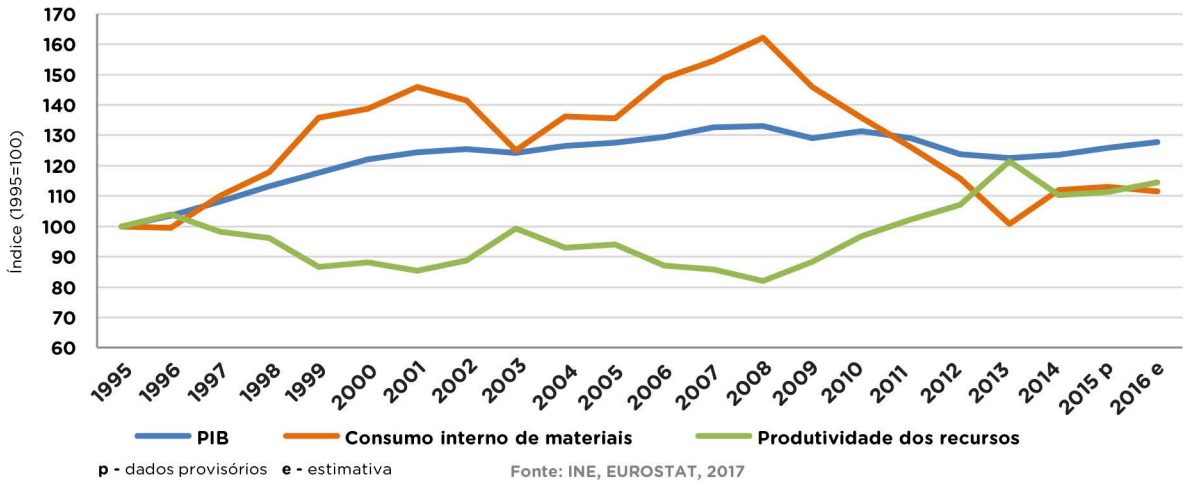


FIGURA 1.2 – Evolução do PIB (em volume), do CIM e da produtividade dos recursos (PIB/CIM) (1995=100)





AMBIENTE E ECONOMIA SOCIAL

O estudo realizado para o projeto LACES sobre o setor do ambiente no âmbito da economia social **priorizou, em termos de análise e identificação de oportunidades de negócio, os subsectores do mar, da floresta, que cobre cerca de 38% do território português, e da biomassa.** Em 2013 as atividades diretas, transversais e favorecidas pela proximidade, associadas ao mar, representavam 3,6% do VAB em Portugal. Como recurso natural, a gestão da biomassa pode implementar nas regiões mais carenciadas (o caso das zonas rurais) uma dinâmica de **empreendedorismo e fixação de novas gerações**, não só nos sectores de conservação florestal e da biomassa, mas também nas **relações de complementaridade** que cria com os sectores agrícolas, do turismo rural, ativo e ambiental e da gastronomia tradicional. É importante também mencionar o **potencial de associação** desse contexto, e das atividades culturais e tradicionais que lhe são próximas, à criação de projetos de **desenvolvimento local** e de ações e programas de apoio/integração social que dele beneficiem, contribuindo assim para a **vitalização de núcleos sociais** e para a valorização e preservação dos recursos naturais.

A **Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020)** advoga a criação de “**culturas energéticas**” para atender ao abastecimento de **centrais termoelétricas** e estima que a biomassa possa atingir **30%** das necessidades de abastecimento dessas entidades produtoras de energia. São igualmente valorizados **novos produtos** nos mercados da exploração florestal, como por exemplo a produção de **pellets de biomassa** e os materiais resultantes das ações de **controlo de infestantes**. É notório o **potencial desperdiçado** de valorização da biomassa na forma como é tradicionalmente eliminada através de **queimadas**. Para além da geração de energia é importante ressaltar ainda o potencial de utilização da biomassa para outros fins, como a **valorização ecológica** e a **produção micológica**.

Em Portugal, no conjunto das **áreas de atuação das entidades da Economia Social**, temos o “Desenvolvimento, Habitação e Ambiente” com 4,77% das entidades, 2,11% do emprego total e 0,83% do VAB e a “Agricultura, Silvicultura e Pescas” com 0,71% do número de entidades, 0,42% do emprego total e 0,21% do VAB da Economia Social [fonte INE/CASES 2013].

Em relação aos setores priorizados, o associativismo e o cooperativismo

podem contribuir para a **criação de valor acrescentado**, particularmente pela valorização e conhecimento de **artes antigas** quando apropriadas e aplicados a novas técnicas de produção e comunicação. Destacamos ainda, em termos de **criação de sinergias** entre o ambiente e a Economia Social, a importância da produção de energias alternativas e a valorização de resíduos como áreas transversais aos três setores mencionados.

O **potencial que a Economia Social** traz para os setores económicos do ambiente aqui analisados pode ser identificado pelos vetores:

i) Maior eficiência e mais ampla eficácia no planeamento e gestão do ambiente (devido ao envolvimento dos agentes individuais e suas coletividades com a dinâmica própria da Economia Social caracterizada pela proximidade, agilidade nas decisões e comprometimento);

ii) Extensão dos promotores diretos e indiretos dos setores económicos (não só pela participação de agentes individuais e suas coletividades até aqui alheados dos processos de intervenção setorial como também pela redinamização dos mesmos setores);

iii) Valorização do património natural (dada a base estrutural destes setores nas atividades extrativas, a Economia Social, através da extensão anterior bem como através das forças próprias, pautará a sua atenção por um maior reconhecimento do valor associado, com potencialidades e externalidades noutros setores, como o turismo);

iv) Sustentabilidade dos ecossistemas (levando à ultrapassagem de muitos dos constrangimentos que advinham das coletividades dependentes da natureza não conseguirem ou não poderem intervir com eficácia na sustentabilidade natural);

v) Maior capacitação na gestão paisagística (através do envolvimento dos agentes individuais e suas coletividades na preservação/trans-formação da envolvente endógena);

vi) Bem-estar/desenvolvimento humano e social (diversos relatórios têm demonstrado como uma das potencialidades do envolvimento da Economia Social em maiores oportunidades de intervenção e participação tem originado a promoção do desenvolvimento humano bem como contribuído para a evolução de indicadores de desenvolvimento económico e social).



PLANOS DE AÇÃO

Foi concebido um **Plano de Ação Estratégica** na ótica do planeamento central/regional, de modo a estimular o lado da oferta de condições ao empreendedor e ao empreendedorismo social, que pode ser consultado na Agenda Setorial do Ambiente. Os 4 objetivos estratégicos abrangidos (**divulgação da potencialidade; alargamento do alcance; empreendedorismo social ativado e valorização do Ambiente**) dividem-se em objetivos operacionais que se materializaram depois em linhas de ação detalhadas.

Vários autores refletiram sobre a forma como o **impulso para a criação de novas Entidades na Economia Social** está dependente da coexistência de diversas forças no contexto sócio-económico empreendedor:

+ **estímulos trazidos** por uma tradição associativa/coletivista;

+ **estímulos injetados** por regulação pública ou por financiamento público ou comunitário;

+ **necessidades emergentes** derivadas de alterações ambientais ou societais;

+ **mimetismo de iniciativas** em agrupamentos próximos/vizinhos;

+ **presença de planos de iniciativa** do Estado ou de entidades com capacidade de intervenção social (Igrejas, Partidos Políticos, Movimentos Sociais Nacionais ou internacionais, etc)

Para a **criação de empresas e projetos no setor do ambiente, enquadrados na economia social**, os agentes impulsionadores/empreendedores encontram vantagens em observar um **Plano de Etapas Dirigidas** que auxilie o processo de reflexão e elaboração da sua ideia de negócio, conforme exemplificado no plano apresentado a seguir.

O processo, que pode envolver igualmente **incubadoras, aceleradoras ou outros gabinetes de apoio**, aplicações ou outras ferramentas disponibilizadas em suporte físico ou online, deverá culminar numa reflexão amadurecida sobre a oportunidade de desenvolvimento da ideia inicial enquanto entidade da

Economia Social, na recolha de evidências da sua viabilidade e na elaboração do respetivo modelo de negócio e financiamento.

Na Galiza pode encontrar **apoios e informações** por exemplo na Rede **EUSUMO** – Cooperativismo e Economia Social, enquanto em Portugal pode recorrer, entre outros, aos programas **COOPJOVEM** e **GeraçãoCoop** promovidos pela **CASES** – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

- 1) Definição da **ideia/conceito** da entidade e reflexão do empreendedor junto de grupos primários;
- 2) Definição da entidade em **termos jurídicos** e formais-administrativos;
- 3) Definição dos **produtos e/ou serviços** que a entidade vai disponibilizar/proporcionar;
- 4) Definição do **público-alvo**, do alcance social imediato e diferido;
- 5) Definição das **instituições** complementares e ofertantes no meio;
- 6) Análise da entidade no **contexto envolvente** (análise SWOT e PEST);
- 7) Definição **estratégica** da entidade;
- 8) Definição das **necessidades operacionais** (recursos humanos, materiais e financeiros);
- 9) Prospeção de **oportunidades de financiamento** e de resposta às necessidades operacionais;
- 10) Reflexão sobre a **viabilidade** da entidade através da **recolha de evidências** e da elaboração de um **modelo de negócio** e financiamento;
- 11) **Constituição formal e início operacional** da entidade/desenvolvimento das atividades.

+informações

<http://www.laceseconomiasocial.com/>

<http://negocio.laceseconomiasocial.com/pt>

www.tecminho.uminho.pt/laces

